

como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O encargo de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas nas datas dos balanços. A Companhia adota o regime de tributação do Lucro Real. As sociedades controladas, que possuem como atividade a incorporação imobiliária, adotam o sistema de tributação pelo Regime Especial de Tributação - RET, adotando o patrimônio de afetação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Integração Social - PIS sobre as receitas). Determinadas controladas que realizam operação de loteamento urbano, adotam o regime de tributação do Lucro Presumido. 2.12 Benefícios a funcionários e Dirigentes: A Companhia e suas sociedades controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós sua saída da companhia. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta um plano de atendimento de metas financeiras e operacionais. A Companhia reconhece provisão ao longo do exercício, à medida que os indicadores das metas a serem atendidas mostram que é provável que será efetuado pagamento a esse título e o valor possa ser estimado com segurança. Também é oferecido plano de remuneração com base em ações, o qual está previsto para ser liquidado com ações da própria controladora. 2.13 Capital Social: Está representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas como patrimônio líquido. 2.14 Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de imposto, dos contratos de venda com evidências objetivas que poderão vir a ser distratadas, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de transações entre empresas do Grupo. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir: a) Receita de venda de incorporação imobiliária: Na venda de unidades dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, foram observados os procedimentos e normas estabelecidos pela CVM (Nota 2.1), segundo os quais os seguintes procedimentos são adotados para o reconhecimento da receita de vendas de unidades em construção: (i) O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado (Nota 2.7). (ii) É aplicado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado (POC), o qual é aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), atualizada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante da receita de venda reconhecida. (iii) Os montantes das receitas de vendas reconhecidas, incluindo a atualização monetária do contas a receber com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamento de clientes, quando aplicável a cada um dos seguintes fatos: (iv) O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador ... (v) O encargo relacionado com a comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço da venda. (vi) Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. (vii) Os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas previstas nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.15 Distribuição de Dividendos: A obrigação relacionada a distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado, caso aplicável, na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.16 Reserva de lucros: A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. A Reserva de retenção de lucros, corresponde a proposta da administração refletida em orçamento de capital e ser encaminhado para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, em conjunto com estas demonstrações financeiras, nos termos estabelecidos pelo Estatuto Social e pela Lei das Sociedades por Ações. 2.17 Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento. 2.18 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.19 Arrendamento mercantil: A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obteriam a propriedade do ativo arrendado ao final do período de arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período de sua vida útil estimada e do prazo do arrendamento. 2.20 Apresentação de informações por segmento: A Companhia elabora relatórios em que suas atividades de negócio são apresentadas de vários modos, os quais são utilizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração para avaliação do desempenho da Companhia e tomada de decisões. A Companhia reporta a informação por segmento operacional levando em consideração a atividade da operação, as quais possuem gestor responsável por reportar diretamente ao principal gestor das operações e com este mantem contato regular para discutir sobre as atividades operacionais, os resultados financeiros, as previsões e os planos para o segmento. 2.21 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: As seguintes principais alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis". Emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS, interpretações IFRIC ou alterações de normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas e premissas que apresentam risco significativo com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão relacionadas com os temas a seguir: 3.1 Estimativas contábeis da Companhia: a) Reconhecimento de receita: A Companhia e suas controladas usam o método de POC para apropriar as receitas de seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária, loteamento urbano e na prestação de serviços. O uso desse método requer que se estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária, e os revise a cada data de preparação de seus relatórios de informações financeiras, para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos, definindo assim a proporção de receita contratual a ser reconhecida. "Impairment" de contas a receber e Provisão para distratos: As vendas de unidades são realizadas durante o período de construção, ao final do qual ocorre a liquidação do saldo pelo cliente através da obtenção de financiamento junto às instituições financeiras ou, em alguns casos, efetuada a alienação fiduciária do bem como garantia do saldo a receber, não havendo expectativa de perda que requeira a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando se observa deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos são objeto de cancelamento ("distratos"), motivo pelo qual uma provisão pode ser necessária para fazer face a margem de lucro apropriada de contratos firmados que: (i) por ocasião do reconhecimento da receita, a Companhia e suas controladas monitoram a inadimplência de 100% de seus contratos e, para aqueles que apresentam evidências objetivas de "impairment", reconhece a provisão para distratos, afetando as rubricas no resultado de Receita Líquida das vendas realizadas no ativo das contas a receber e estoques. Eventual passivo financeiro devido para devolução de parcela dos valores recebidos, é apresentado na rubrica "provisões", no passivo; e (ii) sobre o ativo financeiro registrado por ocasião do reconhecimento da receita, uma provisão é constituída para distratos que, muito embora não apresentem evidências objetivas de impairment por ocasião do reconhecimento da receita, são esperados para os próximos 12 meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, afetando a rubrica no resultado de Despesas Operacionais e no ativo de Contas a receber de clientes. b) Provisões: A Companhia e suas controladas estão sujeitas no

curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matéria civil, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outros. O Grupo reconhece provisões e a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, as sociedades controladas estão sujeitas a determinação do imposto de renda e das contribuições (i) social sobre o faturamento; (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e (iii) ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na Legislação Tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. A administração da Companhia efetua os julgamentos, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos. c) Redução ao valor recuperável do saldo de imóveis a comercializar: No mínimo ao final de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado. d. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas correntes	910	61	11.274	16.083
Aplicações financeira (i)			4.784	57
	910	61	16.058	16.140

As aplicações financeiras correspondem a aplicações remuneradas à taxa média de 102% em 31 de dezembro de 2022 (98% em 31 de dezembro de 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Certificados de Depósito Bancário - CDB (i)	22.293	15.745	22.805	70.728
Fundos de investimento (ii)	-	-	297.930	-
Títulos do Tesouro Nacional (iii)	15.631	14.996	15.631	313.825
Fundos exclusivos (ii)	147.647	157.789	-	-
Outros Títulos e Valores mobiliários (iv)	270	-	270	-
	185.841	188.530	336.636	384.553
Circulante	146.357	188.530	336.366	384.553
Não Circulante	39.484	-	270	-

(i) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), remunerados à taxa média de 100% em variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (em 31 de dezembro de 2021 - remunerados à taxa média de 97,5%). (ii) Fundo Meik Blue RF CP FI de renda fixa com crédito privado que possui liquidez diária e baixo risco de crédito. Sua carteira possui exposição em títulos públicos pós-fixados atrelados à Selic (cerca de 80%), e em títulos privados (cerca de 20% da carteira). A parcela de ativos de crédito privado é composta apenas por títulos emitidos por instituições financeiras de baixo risco de crédito (como Letras Financeiras de grandes bancos), havendo diversificação entre os emissores selecionados. O fundo não opera ativamente risco de mercado e não permite alavancagem. Em 2022, o fundo acumulou rentabilidade de 102,61% do CDI e, em 2021, 102,20% do CDI. (iii) Aplicação em Títulos do Tesouro Nacional, indexados à SELIC. (iv) CRI - Certificado de recebíveis imobiliários, os Valores Mobiliários serão integrados em moeda corrente nacional e por meio do sistema de liquidação financeira da B3 - segmento CETIP UTMV. A controladora e determinadas sociedades controladas aplicam parcela de seus recursos no Fundo Meik Blue RF CP, o qual também é apresentado de forma consolidada. A gestão do Fundo leva em consideração o fluxo de caixa da Companhia e dessas sociedades controladas para efetuar a seleção de suas aplicações, não havendo intenção de resgate em períodos inferior a 90 dias no momento em que são efetuadas, motivo pelo qual não foram classificadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, adicionalmente às considerações feitas para cada tipo de título. Consequentemente, na demonstração dos fluxos de caixa estão apresentados na rubrica "Atividades de investimento" como parte das variações do capital circulante. As aplicações financeiras em CDBs estão classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado e o Fundo Exclusivo a valor de mercado, sendo as variações dos valores justos registradas no resultado do exercício na rubrica "Receitas financeiras". 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em repasse bancário	-	-	28.216	137.154
Financiamento próprio	-	-	120.116	87.707
Provisão para distratos	-	-	-	(23.410)
Empendimentos concluídos	-	-	111.750	136.582
Receita apropriada	-	-	2.142.568	1.721.503
Parcelas recebidas	-	-	(1.668.642)	(1.458.580)
Reclassificação para adiantamentos de clientes (Nota 11)	-	-	176.764	212.472
Contas a receber pela venda de imóveis	-	-	650.690	475.395
Provisão para distratos	-	-	(14.328)	(17.848)
Ajuste a valor presente	-	-	(11.376)	(6.409)
Empendimentos em construção:	-	-	624.986	451.138
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e IFRS 9	-	-	(61.656)	(40.515)
Contas a receber pela venda de imóveis	-	-	699.912	612.074
Outras contas a receber	-	-	51.418	13.244
Contas a receber apropriadas	-	-	751.319	623.319
Circulante	-	-	419.707	451.503
Não circulante	-	-	331.612	173.813

As contas a receber dos empreendimentos concluídos e as contas a receber apropriadas dos empreendimentos em construção, estão deduzidos o ajuste a valor presente, à taxa de 5,95% (5,15% em 31 de dezembro 2021). A análise de vencimentos do total das parcelas a receber dos contratos de venda das unidades concluídas e não concluídas, sem considerar os efeitos de ajuste a valor presente, pode ser demonstrada conforme segue, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vendas:	-	-	58.918	110.465
A vencer:				
2022	-	-	489.654	539.598
2023	-	-	398.820	146.037
2024	-	-	387.931	140.729
2025 em diante	-	-	1.335.323	1.120.622
Contas a receber apropriado (ii)	-	-	622.258	487.759
Contas a receber a apropriar	-	-	713.065	632.863

c) Principais informações das participações societárias em controladas:

Nome	Participação (%)		Valor da Participação		Equivalência		Lucro Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Nota da Figueira Empreendimentos Imobiliários S.A.	25%	25%	1.064	1.787	331	221	1.323	884
Melnick Even Apus Empreendimento Imobiliário Ltda.	86%	86%	5.331	7.758	9.405	7.759	10.988	9.064
SPE Melnick Pinus Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	-	7.033	-	-	-	-
Melnick Even Urucum Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	31.802	33.742	16.840	13.112	16.840	13.112
Melnick Even Biribá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.165	7.492	73	126	73	126
Melnick Even Androbra Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	21.426	11.123	11.069	12.329	11.069	12.329
Melnick Even Jaborandi Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	10.533	7.712	10.820	14.924	10.820	14.924
Melnick Even Cambul Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	4.185	4.272	(87)	(11)	(87)	(11)
Melnick Even Guaritã Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	8.526	7.518	9.089	7.058	9.089	7.058
Melnick Even Aurora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	3.452	8.451	5.381	3.154	5.381	3.154
Prior Participações S.A.	100%	100%	-	-	(9.564)	(9.530)	(9.564)	(9.530)
Melnick Even Aquarius Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	12.300	-	6.741	-	6.741	-
Melnick Even Crux Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	9.589	4.889	1.380	(2.177)	1.380	(2.177)
Melnick Even Lynx Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	10.600	6.415	4.185	3.822	4.185	3.822
Melnick Even Scorpis Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	8.060	2.759	5.800	8.453	5.800	8.453
Melnick Arcadia Urbanizadora S.A.	50%	50%	43.069	31.027	16.710	713	33.419	1.426
Melnick Even Capheu Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	-	2.483	-	-	2.483	-
Melnick Even Octans Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	-	-	(13.926)	-	(13.926)	-
Melnick Even Pavo Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	1.689	-	(1)	-	(1)	-
Melnick Aries Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	8.318	-	(1.330)	-	(1.330)	-
Melnick Even Hematita Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	727	985	522	(1.270)	522	(1.270)
Melnick Even Safira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	7.606	8.498	408	574	408	574
Canoas Coral Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	18.527	21.422	4.305	7.425	4.305	7.425
Melnick Even Diamante Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	3.676	2.484	2	2	2	2
Melnick Even Agua Marinha Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.514	5.328	(3.080)	(8)	(3.080)	(8)
Melnick Even Zuckhan Campos Sales Empreend Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.022	2.004	218	1.649	218	1.649
Melnick Even Berilo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	8.897	12.488	(1.991)	770	(1.991)	770
Melnick Even Jasper Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.257	2.339	188	79	188	79
Melnick Even Madrepora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	5.321	8.954	316	(541)	316	(541)
Melnick Even Marmor Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	11.233	12.225	308	455	308	455
Melnick Even Peridot Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.469	5.890	472	2.281	472	2.281
Melnick Even Brita Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.395	2.939	106	662	106	662
Melnick Even Opala Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	25.670	26.947	1.468	1.485	1.468	1.485
Melnick Even Jacarandá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	258	542	16	(109)	16	(109)
Melnick Even Figueira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.021	4.069	652	1.393	652	1.393
Melnick Even Castanheira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	63.047	66.185	11.138	8.258	11.138	8.258
Melnick Even Cerejeira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	951	4.300	550	(274)	550	(274)
Melnick Even Açúcar Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	33.283	37.136	530	1.973	530	1.973
Melnick Even Ipê Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	56.003	60.495	(4.842)	743	(4.842)	743
Melnick Even Angico Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	17.062	11.492	4.241	6.350	4.241	6.350
Melnick Even Urbanizadora Ltda.	60%	60%	103.026	102.605	16.971	16.234	28.285	27.057
Melnick Even Pinus Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	6.856	7.262	9.694	3.181	9.694	3.181
Melnick Even Mangueira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	5.129	6.782	(1.719)	-	(1.719)	-
Melnick Even Parreira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	7.837	7.815	(248)	(1.902)	(248)	(1.902)
Melnick Even Parreira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.249	1.458	(209)	(760)	(209)	(760)
Melnick Even Arcaç Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.100	2.303	(2)	1.442	(2)	1.442
Melnick Even Inga Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	543	2.097	646	(1.230)	646	(1.230)
Melnick Even Platano Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	10.519	9.530	5.490	3.814	5.490	3.814
Melnick Even Carvalho Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.</								